

Sudesa derruba muros no Incra 8

ANTÔNIO SIQUEIRA

Daniella Fernandes

A Corregedoria-Geral do Distrito Federal abriu sindicância para investigar a denúncia de divisão de terras irregulares em área pública no Incra 8, em Brazlândia. Em função das investigações, o governador José Roberto Arruda, pediu o afastamento do administrador de Brazlândia, Neto Pirenópolis, e a exoneração de dois funcionários da administração, suspeitos de envolvimento. A decisão foi publicada ontem, no *Diário Oficial do Distrito Federal*.

As terras, de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ainda não foram demarcadas com exatidão, mas segundo o corregedor-geral, Roberto Giffoni, que comanda as investigações, a área foi dividida entre cerca de 150 e 200 lotes não autorizados para ocupação urbana, com medidas de aproximadamente 15x20m e 8x20m.

A denúncia, feita na semana passada na Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água (Sudesa), teria partido de moradores da região. Os ocupantes da área afirmam que o próprio Incra teria autorizado a divisão de terras e a construção de muros. O Incra nega a acusação.

■ Igreja

O superintendente do instituto, João Batista, afirmou que

autorizou a construção de um muro para cercar uma Igreja Adventista no local, mas ressaltou que o documento não autorizava outras construções.

De acordo com o corregedor-geral, o Governo do Distrito Federal não liberou o parcelamento das terras públicas. "Não há nenhum projeto de expansão urbana para área do Incra 8", afirma.

Inconformados com o prejuízo, os moradores que ocuparam os lotes disseram que vão exigir do Incra o ressarcimento dos gastos com material de construção usados para levantar os muros.

■ Derrubada

Ainda na segunda-feira, a Sudesa tentou fazer a derrubada dos muros erguidos no local, mas para evitar possíveis confrontos com os moradores que protestavam, a operação de derrubada das 43 construções nos lotes irregulares foi adiada para, ontem, terça-feira.

A operação começou por volta das 10h30 com o apoio da Agência de Fiscalização, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Às 15h30, os 1.950 metros lineares de muros de alvenaria, construídos irregularmente, estavam no chão e a operação concluída sem resistência dos moradores. Segundo a Sudesa, os muros teriam começado a ser levantados na área pública, há cerca de 20 dias.



■ CORREGEDOR-GERAL, ROBERTO GIFFONI, COMANDA INVESTIGAÇÃO

■ Sindicância

O administrador regional de Brazlândia, Neto Pirenópolis, permanece longe da função por oito dias, até que o prazo de sindicância aberto para investigar as irregularidades no Incra 8 seja concluído.

Segundo a Assessoria de Im-

prensa da Administração Regional, o administrador deve retomar as atividades no fim do prazo de sindicância. Os ex-funcionários exonerados faziam parte do quadro da administração desde o início da atual gestão, e não devem voltar a ocupar os cargos.